

## KIKERISTAS E CICERISTAS

OU

### ASPECTOS DUMA POLÉMICA À PORTUGUESA

O extraordinário progresso, durante o séc. XIX, dos estudos filológicos e linguísticos (especialmente da gramática histórica e do método comparativo) no domínio das línguas indo-europeias e das chamadas “línguas clássicas” em particular (grego, latim e sânscrito), trouxe como uma das primeiras consequências o reconhecimento, por parte da grande maioria dos mais cotados filólogos e linguistas, de que as várias formas tradicionais de pronúncia do latim, mais ou menos conformes aos hábitos fonéticos de cada país, eram absolutamente absurdas. Não só o estudo de textos antigos (inscrições, informações de gramáticos, transcrições latinas de vocabulário grego e vice-versa, etc....), como ainda a própria observação das línguas românicas, tornavam o facto por demais evidente. Considerando, pois, o mundo restrito dos especialistas, dir-se-ia que restava apenas levar essas aquisições ao campo da aplicação pedagógica, quer dizer: impunha-se interessar na questão um público muito mais vasto (professores do ensino secundário, que, por natureza da sua função, eram profissionais eminentemente práticos; pais de alunos que estivessem — e muitos estavam, naquela época — em condições mínimas de avaliar o alcance da medida; público letrado em geral e, no fim de tudo, as respectivas autoridades em matéria de instrução pública). Além disso, o latim ocupava uma posição importantíssima nos currículos liceais, abrangendo alunos que posteriormente iriam dedicar-se a actividades muito diferentes.

Era, por isso, de esperar um forte “impacto” e até, da parte de muitos, uma ferrenha oposição à novidade. Desde argumentos de ordem prática (dificuldades resultantes da modificação), até objecções de natureza “científica” (são os contestadores frontais, situados no próprio terreno do adversário), passando por posições intermédias (por ex.: é preciso provar melhor a nova teoria, promover um congresso internacional para tratar — ou não — da unificação geral da pronúncia do latim, a qual, no entanto, não se impõe como problema número um, etc., etc....), tudo serviu para alimentar uma polémica que, pelo menos entre nós, ganhou foros de assunto central nos jornais da época e assumiu aspectos muitas vezes indecorosos, com ofensas pes-

soais ao saber e à dignidade moral do adversário, sofismas tirados “a ferros”, extensões indevidas da argumentação do opositor, um tom satírico e mordaz tendente a suscitar a gargalhada da “galeria” e a lançar à ira da turba o atrevido charlatão, enfim, um ror de processos que muitas vezes se sobrepunham ao essencial e impediam a discussão mais ou menos serena que se impunha. Espectáculo triste, mas não para esquecer.

Ora, é precisamente uma das fases da polémica, talvez a mais quente, que nos propomos apresentar hoje ao leitor. É claro que, a oitenta anos de distância, com a questão cientificamente resolvida e há muito aceite e até posta em prática nas nossas universidades, e, para mais, ocupando o ensino do latim um lugar modestíssimo que, à partida, impossibilita reacções maciças, o observador moderno está em condições de não poder fazer outra coisa senão pender imediatamente para o lado dos *kikeristas*. Na verdade, não temos culpa de que lhes assista a razão... No entanto, convém analisar não só a forma como, da sua parte, foi conduzida a polémica, como ainda os defeitos de argumentação, que por vezes facilitaram a resposta do adversário.

O nosso estudo incide quase em exclusivo sobre a consulta que fizemos ao jornal *O Primeiro de Janeiro* (26 de Março a 28 de Julho de 1897). No entanto, convirá dedicar algumas palavras a uma série de artigos nas *Novidades* de Março do mesmo ano, sempre com o título de “Os Kikeros”.

No n.º de 19 de Março de 1897 das *Novidades*, lemos um artigo de Adolfo Coelho, no qual o A. expõe a opinião de que a pronúncia clássica do latim estava correcta no fundamental, e que ele próprio «vai para trinta anos que se havia deixado convencer pela gramática de Diez», sem que, no entanto, manifeste entusiasmo pela aplicação generalizada que legitimamente se poderia esperar. Assim mesmo, não deixa de terminar com as palavras insuspeitas de que não se sente nem quer estar envolvido no assunto: «Em todo o caso fiquem sabendo os *neophobos* [“inimigos da novidade”] (no caso sujeito em rigor *archeophobos*) [“inimigos do antigo”] que se se derem às práticas espirítistas e quiserem evocar o grande orador romano não lhe chamem *Sissero*, que os não entenderá, mas sim *Kikero*, como elle approximadamente pronunciava o seu proprio nome».

Curioso é que a redacção do jornal, em vez de publicar simplesmente o artigo (coisa que não lhe estamos a censurar, entenda-se, mas que não deixa de traduzir o clima de susceptibilidade que se adivinha), decide fazer-lhe uma relativamente extensa introdução, no propósito nítido de tirar força à deposição de Adolfo Coelho e, ao fim e ao resto, fazer pender o leitor para as posições tradicionalistas.

Transcrevemos os passos mais significativos (com actualização da ortografia — o que passaremos a fazer daqui em diante):

«... Nenhuma vantagem prática, e nenhuma utilidade científica, antes muito pelo contrário, ressalta da inovação proposta por alguns preclaros luminares da ciência coimbrã. É sabido que cada país pronuncia hoje o latim a seu modo, acomodando-o à pronúncia da própria língua..... *A quoi bon* andar a esgravatar indicações da pronúncia primitiva, se esta divergência de nada para nada há-de continuar, como consequência necessária de ser uma língua morta ? Se querem, promovam primeiro um congresso internacional, em que se fixem as bases de uma só e mesma pronúncia, para todas as nações, e conforme as origens primitivas, se che-

garem a apurar a autenticidade delas; mas antes disso, deixem-nos com o latim, que é de há muito conhecido no país, e deixem-se de inovações, que, além da perturbação introduzida no ensino, são justo fundamento duma farta dose de ridículo».

Do valor desta argumentação concluirá o leitor, mas sempre acrescentamos que, ao fim e ao cabo, para além do argumento da dificuldade de aplicação prática e do "ridículo" da nova pronúncia (i. é, da pronúncia clássica), não vemos aqui argumentos situados no campo científico...

Além do artigo a que acabamos de fazer referência, as *Novidades* publicaram mais três (dias 22, 26 e 29 de Março), o primeiro assinado por "Um Kikero coimbrão", e os outros dois do Dr. Francisco José de Sousa Gomes, o qual, como se sabe, publicou posteriormente uma gramática latina, em co-autoria com Gonçalves Guimarães, obra que foi rejeitada pela comissão de apresentação, com fundamentos que os próprios autores, no referido livro, refutam, contra-atacando de forma que devemos considerá-lo mais um elemento para a história da questão em Portugal.

Antes de entrarmos na apresentação da polémica entre Gonçalves Guimarães e o padre João Manuel Correia, referimos ainda a notícia inserida nas *Novidades* de 25 de Junho de 1897 (p. 1, cols. 2-3), sob o título de "O escândalo de Coimbra", a propósito do grave desentendimento surgido entre o reitor do liceu (precisamente Gonçalves Guimarães) e o professor do mesmo liceu, António Tomé, o qual, anteriormente elogiado pelo seu superior por ensinar a pronúncia clássica, não deixa, todavia, de ensinar aos alunos as duas pronúncias. Gonçalves Guimarães, em plena aula, proíbe-o de ensinar a pronúncia tradicional e ele próprio prepara-se para dar a lição; perante isto, António Tomé decide sair da sala, mas não o consegue, por imposição do reitor, o qual, pouco depois, lhe retira a regência da cadeira. O grave incidente levou vários professores do liceu de Coimbra a assinarem uma exposição de protesto dirigida a Sua Majestade e datada de 22 de Junho de 1897. Deste incidente se aproveita o padre Manuel Correia no artigo do *P. J.* de 30 de Junho, com uma razão que (pelo menos à primeira vista) lhe temos de reconhecer. De facto, G.G. havia escrito (*P. J.*, 14 de Abril): «Hoje a pronúncia normal do latim está sendo adoptada no Liceu de Coimbra, na aula de 2.ª classe, regida pelo sr. António Tomé, um dos melhores professores. Este professor não tem até hoje encontrado inconveniente algum que o leve a pôr de parte esta pronúncia». Antes (31 de Março) já havia escrito que os professores de Coimbra, ensinando tal pronúncia (o *kikerismo*, como se lhe refere o padre M. C.), «não foram obrigados a isso por ninguém, procederam pelo contrário espontaneamente, baseando-se nos conhecimentos adquiridos por eles, e no seu próprio critério. Louvamo-los por isso».

Comentário de M. C. (*P. J.*, 30 de Junho):

«*Sic valeas, ut farina es!* Os professores não são obrigados, louva-os e suspende-os!

Este sandeu ainda será reitor do Liceu de Coimbra, para vergonha da nossa instrução pública?

Veja o leitor. O snr. António Tomé, que não crê sem ver, e que ensina o *kikerismo espontaneamente*, é suspenso despoticamente pelo paxá do Liceu, por não ler *kiuitas* e *coniuuium!*»

Por este pedaço já se poderá imaginar da impetuosidade do padre Manuel Correia e do nível de maneiras com que conduziu a polémica (isto sem presumir, para já, da razão científica de cada um dos opositores).

Mas vejamos agora alguns aspectos da polémica, tal como ela se apresenta em *O Primeiro de Janeiro*.

Os artigos de Gonçalves Guimarães, com o título de “A Pronúncia do Latim”, saíram nos seguintes números:

26 e 31 de Março, 7, 14, 21 e 29 de Abril, 6, 12, 20 e 27 de Maio, 3, 10, 18, 19 e 24 de Junho, 1, 8, 15 e 22 de Julho.

O padre Manuel Correia entra na liça em 23 e 24 de Abril e continua por mais três meses: 5, 14 e 26 de Maio, 2, 9, 17, 23 e 30 de Junho, 7, 14, 21 e 28 de Julho. Deu aos seus artigos o título de “Fonomaquia latina”.

Os quatro primeiros artigos de G. G. (26 de Março a 14 de Abril) constituem a apresentação do tema. A partir de 21 de Abril, dá início à explicação e justificação da pronúncia “normal” (i. é, clássica) do latim. Mas como, entretanto (a partir de 23 de Abril), surge um opositor que, artigo após artigo, se mostra cada vez mais irredutível e assanhado, G. G., após concluir a parte propriamente doutrinária da sua série de artigos, anuncia (18 de Junho) que vai “apreciar serenamente” a argumentação “truanesca” do seu adversário (já antes, aliás — 10 de Junho — lhe havia dedicado um pós-escrito, a que adiante nos referiremos): são os artigos de 19 de Junho a 22 de Julho.

Mas é tempo de começar... pelo princípio.

O artigo de 26 de Março tem por subtítulo “Os Kikeros e os antikikeros” e entra de rompante:

«Está ateadada a peleja. Começou por uma agressão anónima, cobarde e insensata, nuns *sueltos* da “Correspondência de Coimbra” a propósito da pronúncia do latim em missas cantadas por um lente da faculdade de teologia. Ninguém lhe respondeu».

«Passados meses, surgem-nos de Lisboa as “Novidades” com a mesma cegarrega e com o mesmo processo de crítica: a bisca, a facécia, a descortesia. *Ex digito gigas*. Começam por umas *piadas* nos *casos do dia*, depois aparecem duas cartas de Coimbra (sem assinatura, é claro), e logo em seguida um arrazoado banal em artigo de fundo servindo de introdução a uma carta do sr. Adolfo Coelho, em que este professor não somente concorda fundamentalmente com a opinião censurada dos três “kikeros”, mas vem reclamar para si a prioridade da vulgarização destas ideias em Portugal há perto de 30 anos. Isto é perfeitamente verdade, e vem de molde para mostrar, a quem quiser ver, até onde vai a seriedade e a consciência dos nossos “antikikeros”, que viram na leitura correcta do latim uma *novidade* extravagante».

«É justo que o país os vá conhecendo, para a seu tempo lhes aplicar o correctivo. Mas, visto que os tarufos, na sua propaganda de descrédito, procuram fazer de nós uma apresentação malévoa, justo é também que a essa torpeza contraponhamos a nossa apresentação sincera, dizendo francamente o que somos, o que fazemos, e o que pretendemos. Eles, os trabalhadores das trevas, que nos desmintam em público, se forem capazes».

Vem depois uma parte mais “morna”, em que G. G. refere a ocupação, que já durava há mais ou menos nove anos, dum pequeno grupo de professores da Universidade, «que nunca se entretiveram com o jogo nem com a maledicência nos clubes ou nas boticas, ocupando-se a sério do estudo e do que mais directamente se

relaciona com a função do professorado».

E um pouco adiante:

«De tarde passámos sempre juntos, conversando habitualmente nos nossos assuntos de estudo, nas necessidades do ensino e nos meios de as resolver; a política é que raríssimas vezes nos entretinha, e muito menos a calúnia...»

«... Entretanto houve quem reparasse logo no nosso grupo e na nossa *mania* de nos ocuparmos constantemente dos objectos das nossas obrigações. Isto de uma pessoa encarar a sério os seus deveres, e procurar desempenhar-se deles o melhor possível, é uma requintada prova de loucura. Pois não é? Mais do que isso, é um atentado contra os direitos dos outros... daqueles que passam simplesmente a vida como lhes convém, procurando adquirir a maior soma de vantagens e de ostentação balofa com a mínima dose de trabalho e a mínima dose de esforço».

«Estes são os “antikikeros”, como a si próprios se apelidam».

Do artigo de 31 de Março, transcrevemos apenas o “sumário”:

«*A S. L. P. [Sociedade Literária Peripatética, a que pertencia G. G.] Sua atitude perante a reforma do ensino secundário. O ensino por classes. O latim. Questão da pronúncia do latim. Deve ou não deve começar-se desde já a adoptar nas nossas aulas a leitura normal do latim? Exemplos dos países mais adiantados. Ideias emitidas em Portugal há perto de 30 anos. Resultados obtidos no liceu de Coimbra*».

No artigo de 14 de Abril, após afirmar que o problema, no fundamental, se considera resolvido, que é teimosia persistir num erro que, para mais, dificulta a adopção do latim como língua científica internacional, fazendo logo referência à possibilidade de convidar professores estrangeiros que, num latim unificado, pudessem suprir as nossas carências, conclui:

«Conhecer a vantagem da pronúncia correcta do latim, e não empenhar esforços para a ensinar aos outros e para a fazer adoptar nas aulas, poderá ter todas as vantagens que quiserem os *antikikeros*, mas afugura-se-nos a nós uma prova de egoísmo e um péssimo serviço prestado à causa da instrução; mostrar ignorância no assunto [ ... ] é por outro lado uma prova real de incapacidade, que nenhum professor de latim terá certamente vontade de exhibir em público».

No último artigo da série que serve de introdução geral ao tema proposto (14 de Abril), Gonçalves Guimarães sobe de tom polémico e assume uma linguagem mais provocatória:

«Os nossos adversários são impagáveis! Atiram-se a nós, trazendo no coração a inveja e a perfídia e no rosto a máscara da facécia, como um bando de *clowns*, que se propunham divertir o público à nossa custa; mas vendo que os chamamos à responsabilidade das suas afirmações, transformam-se-nos imediatamente em cágados, metem-se na concha, e... não há meio de os levar a uma discussão séria. Não é isto já uma confissão tácita das suas intenções ruins e da inanidade das suas ideias sobre o assunto que tinham a petulância de querer criticar? Olhem se o governo tivesse a ingenuidade de os ouvir, ou de lhes ligar alguma importância?»

Cabe aqui referir que, por portaria do Ministério do Reino, de 20 de Setembro de 1897, foi proibido o ensino da pronúncia clássica do latim, o que, no dizer triunfante do padre Manuel Correia, «veio fulminar

de morte o *kikerismo*», «impôs silêncio absoluto a todos os *kikeros*, com aplauso universal» — «*Requiescat in pace*»<sup>1</sup>

Ainda relativamente ao artigo de 14 de Abril, Gonçalves Guimarães conta-nos dois factos que têm hoje, para nós, um sabor pitoresco, por revelar que coragem era necessária para apresentar um aluno em provas públicas, utilizando a pronúncia chamada “normal”, (i. é, clássica) do latim.

Decidimos transcrever *ipsis uerbis* a referência de G. G. ao primeiro caso:

«O sr. dr. José Moura<sup>2</sup> Rodrigues, um dos principais ornamentos da nossa universidade, actualmente reitor do liceu de Lisboa, foi o primeiro professor português que se atreveu a apresentar a exame um discípulo seu pronunciando o latim como deve ser e educado em tudo o mais segundo a doutrina dos melhores gramáticos. O aluno era o menino Álvaro de Matos, filho do sr. dr. Daniel de Matos, lente da faculdade de medicina. A experiência era tão arriscada, que talvez nenhum outro pai consentisse em sujeitar o seu filho a semelhante contingência: era preciso ter a ilustração e o bom senso do sr. dr. Daniel de Matos, e depositar uma confiança pleníssima no professor e no aluno. O júri chamava àquela pronúncia *ler o latim à moda alemã*, riu-se provavelmente da *nefelibaticice*, mas foi aprovando o aluno com distinção».

Quanto ao segundo caso, é o de António Tomé, em prova pública dos concursos para o magistério secundário, realizada no ano lectivo de 1895-1896. Já atrás nos referimos a este professor, a propósito do grave desentendimento que teve com o então reitor, Gonçalves Guimarães, por motivo de ensinar as duas pronúncias.

Informa-nos ainda G. G. que, além do mencionado António Tomé, ensinavam também a pronúncia “normal” do latim no liceu de Coimbra os professores Francisco Fernandes Costa e Fortunato de Almeida.

E aqui termina a questão “na generalidade” (aspas nossas), e fica anunciada uma série de artigos explicativos e justificativos da pronúncia “normal” do latim (21 de Abril a 18 de Junho, nove artigos). Não vamos, porém, analisar a doutrina exposta por G. G., mas antes preferimos colocar-nos, desta vez, no ponto de observação do padre Manuel Correia (“Fonomaquia Latina”).

Vejamos, pois, a investida inicial (*P. J.* de 23 de Abril):

«Há um mês que dois ilustres arautos da *Sociedade literária peripatética*, com residência oficial em Coimbra, começaram a proclamar para o norte e para o sul do país, no “Primeiro de Janeiro” e nas “Novidades”, uma teoria insólita acerca da pronúncia do latim».

«Como era do centro das letras que partiam os raios luminosos da ciência filológica, nós, os anti-Kikeros, nós, os professores *retrógrados* esperávamos que algum astro rutilante, de primeira grandeza, rasgasse as trevas de 19 séculos, e nos fizesse ver claramente o “kikerismo” em letras unciais nas placas de bronze do museu de Nápoles e do Capitólio».

«Enganámo-nos redondamente».

«Envolvidos num eclipse total, não vemos nada para os quatro pontos cardeais, senão uns fogos fátuos a que os geólogos e químicos da Universidade ligam alguma importância».

Não vale a pena insistir em transcrições deste tipo. Apenas salientamos um processo de insinuações e de

ridicularizações destinadas à galeria dos “mirones”. Por exemplo, a referência a “geólogos” e a “químicos” atinge (in)directamente Gonçalves Guimarães (que, além de reitor do liceu de Coimbra, era professor de geologia na Universidade) e o Dr. Francisco José de Sousa Gomes (Professor de química na mesma Universidade). Este processo de identificação sem nomear a pessoa é, de resto, muito do agrado de M. C. (padre João Manuel Correia): qualquer pessoa ligaria facilmente as iniciais G. G. ao nome de Gonçalves Guimarães. No entanto, não fica satisfeito quando G. G. se refere ao autor da “Fonomaquia Latina” pelo seu nome. Assim, inicia o seu artigo de 9 de Junho com uma *Questão prévia*:

«O sr. G. G., que começou sob rigoroso incógnito a sustentar neste jornal a pronúncia barroca do latim, não precisa de saber quem é o M. C., que escreve em sentido contrário, porque nós também não queremos saber quem é o sr. G. G.. O ilustre peripatético, quem quer que seja, não discute connosco, nem nós lhe merecemos essa honra; discute com os escritores que combatem a sua insólita teoria, e que nós apenas citamos àqueles que, segundo Fedro, *stultitia nauseant, et, ut putentur sapere, caelum vituperant. — Satis superque dixi*».

Responde-lhe Gonçalves Guimarães (19 de Junho, com o subtítulo de “Sandices dum fonómaco”):

«... E é talvez porque tem a consciência destas faltas, que lhe dói o tratamento pelo seu nome [ ... ]. Tenha paciência. Logo no seu primeiro artigo (cf. n.os 95 e 96 [23 e 24 de Abril]), e depois também nos artigos seguintes, o sr. padre João Manuel Correia diz que o G. G. dos artigos de “O Primeiro de Janeiro” é o professor de Geologia da Universidade; outras vezes insinua que é o reitor do Liceu de Coimbra. Se isto não equivale a dizer, que o meu nome é António José Gonçalves Guimarães, não sei então a que equivale; o que lhe posso garantir é que essa publicidade não me envergonha, porque ou eu subscrevo os artigos com simples iniciais, ou com o meu nome por extenso, tomo inteira responsabilidade tanto nas citações e referências que faço, como das conclusões, que daí tiro, e em geral das afirmações das afirmações que formulo».

Como se vê, é uma das muitas questões, aliás, que nada têm a ver com a polémica propriamente dita, mas que serve justamente para ilustrar por que caminhos as pessoas se deixam arrastar.

Voltemos ao padre Manuel Correia e ao seu artigo de 23 de Abril.

Desde logo, verifica-se (e hoje naturalmente com maior nitidez) que M. C. tinha concepções muito simplistas do latim e da sua evolução. Nada melhor do que transcrever, mesmo que a transcrição seja longa.

«*Normal*<sup>3</sup> é a pronúncia actualmente seguida nas escolas, transmitida há 19 séculos, de geração em geração, pelo povo romano, que em questões de linguagem era senhor absoluto, e ditava leis e a *norma de falar* a todos os “kíkeros”, como diz Horácio na ep. aos Pisões: *quem penes arbitrium est et jus et norma loquendi* (v. 72).»

«Quando *viva*, a língua latina não estava nunca sujeita nas suas evoluções aos desvanecios e sonhos dos pseudo-literatos, como diz Horácio; agora, *morta*, é um cadáver que os geólogos nas suas escavações e os químicos nos seus laboratórios devem religiosamente respeitar.»

Como língua morta, é o que *era* quando morreu, deixando-nos herdeiros da pronúncia então consagrada pelo uso, que é o mestre infalível da linguagem, como diz *Quint.* (Inst. I, 6): *consuetudo certissima lo-*

*quendi magistra.»*

«Quem nos últimos tempos de Roma se afastasse deste mestre infalível, arriscava-se a não ser entendido, e podia exclamar como Ovídio nas margens do Danúbio: *barbarus ego*. Se os últimos romanos ouvissem os “kíkeros” de hoje, exclamariam: *barbari sunt* — ninguém os entende !»

«Se os primeiros missionários do cristianismo fossem “kíkeros”, jamais poderiam pregar a sua doutrina nos países em que se falava a língua latina. Aproveitaram-se desta língua geralmente falada no império romano, e, quando este se esfacelou, a língua sobreviveu às ruínas do colossal império com a mesma pronúncia, apesar das mudanças acidentais na sua passagem para as línguas vulgares, que dela se formaram.»

A mesma pronúncia passou para a língua portuguesa, como diz o nosso épico:

*«E na língua, na qual quando imagina,  
Com pouca corrupção crê que é latina.»*

«A mesma pronúncia tem-na ela essencialmente conservado desde a época de Augusto, no uso quotidiano da Igreja latina, o que fez dizer ao grande bispo de Orleans, Mgr. Dupanloup, no seu tratado da “Educação Superior”: ‘A língua latina não é morta; é imortal como a Igreja que a fala e falará até à consumação dos séculos.’»

«O som sibilante do *c* existe em todos os países neo-latinos, nos países onde se ensina latim, e entre aqueles povos que, apesar de não serem de raça latina, usam ainda do latim como língua vulgar...»

«A pronúncia do latim, qualquer que seja a sua diferença segundo os diferentes povos, ainda assim é tão semelhante, que um português que saiba latim, compreende-o pronunciado por um polaco, como já aconteceu aqui no Porto. Se este polaco ouvisse um “kíkero” de certo não o entenderia.»

«Como se explica, pois, esta universalidade de pronúncia, sem se admitir que os povos que formavam o grande império romano, a receberam dos seus ascendentes e a transmitiram aos seus descendentes e aos povos conquistados ?...»

«A língua falada num país transmite-se de pais a filhos. Se assim se fala, é porque assim se falou; se assim se pronuncia o *c*, é porque assim se pronunciou, e nós herdámos essa pronúncia, que ainda conservamos.»

E terminamos esta longa, mas necessária e sugestiva transcrição:

«Para que se há-de alterar uma pronúncia que tem a consagração de 19 séculos ? Qual a vantagem ? A Igreja não a altera, porque o supremo hierarca responde aos *anabaptistas* do latim, como respondeu no século 3.º aos *novadores* de Cartago: “*nihil innovetur* — nada se inove. Observe-se a tradição: *nisi quod traditum est.*”

Com esta base, em que se misturam alhos com bugalhos, em que se vão buscar argumentos que não se adequam (p. ex.: o “testemunho” de Camões é deploravelmente aduzido) e outros que nos fins do século XIX já há muito haviam passado à categoria de conceitos superficiais de leigos na matéria, enfim, com este espírito cegamente conservador e atrozmente retrógrado, que esperar da argumentação dos artigos subsequentes ?



Para M. C., uma informação dum gramático do séc. VI d. C. ou uma inscrição do séc. III d. C. servem perfeitamente para fixar uma pronúncia que ele depois vai situar no século de Augusto. P. ex. (*P. J.*, 24 de Abril): Isidoro de Sevilha (“século 6.o”) diz (*Orig.*, I, XXVI, 28) que *justitia* tem o som sibilante de z; em “documentos arcaicos do século 3.o da era vulgar” [ ! ] lê-se *definiciones, sisternae*. A confusão é fácil de explicar: para M. C., o latim morreu há 19 séculos, i. é, na época de Augusto; se morreu, nunca mais evoluiu; logo, as informações posteriores de vários séculos valem para a época clássica.

Do mesmo modo, não compreende o alcance duma renovação no alfabeto (aliás efémera), que consiste na introdução do digama invertido *justamente* para reproduzir a semiconsoante [  $\text{ɥ}$  ], melhor: [  $\text{w}$  ] : *DIHI*, na realidade correspondente a [ *dīwi* ], e não a [ *dīvi* ]. Não entende o que seja [  $\text{w}$  ] (p. ex., em *uīta*), o qual pouco tem que ver com sem [  $\text{v}$  ] ou com o [  $\text{u}$  ] de *utor*: este é uma vogal plena; o primeiro é uma semiconsoante que, por aperto progressivo da saída do ar, deu na sibilante bilabial e, na continuação, a sibilante lábio-dental [  $\text{v}$  ].

Também a interpretação que faz das palavras de Madvig sobre a pronúncia do *c* é um sofisma pegado:

«Diz Madvig, p. 6, n.o 8: “O *c* era (note-se bem: *era*) pelos *antigos* pronunciado sempre como *k* ou com pouca mudança”. (Note-se bem: já havia antigamente alguma mudança). Só mais tarde é que se começou a pronunciar *s = ç*. *Ti* antes de vogal pronuncia-se *hoje* como *ci*. Eis o que diz Madvig, e quem o sabe ler e entender conclui facilmente que ele é *anti-kíkero*. Por conseguinte o sr. G. G., ou andou de má fé, citando este gramático em favor do seu *neo-phonetismo*, ou leu e não entendeu.»

O padre Correia inclina-se para a segunda hipótese, porque (suma hipocrisia — comentamos nós) lhe «repugna admitir a primeira».

Do exposto, facilmente se concluirá que é a M. C. que cabe a suspeita de má fé ou de incapacidade de ler e interpretar correctamente. De facto, quando Madvig diz “era” e “antigos”, refere-se, não ao latim arcaico (p. ex., séc. III a. C.), como entende M. C., mas ao *latim clássico*. Ao dizer que a pronúncia do *c* admitia “alguma mudança”, quer com isso significar que, *já na época clássica*, antes de vogais palatais (*e* e *i*), o *c* começava a sofrer a respectiva assimilação, que haveria de dar, mais tarde ou mais cedo, as várias consoantes constrictivas das línguas românicas. Finalmente: quando Madvig diz que “*ti* se pronuncia *hoje* [ sublinhado de M. C. ] como *ci*”, o *hoje* refere-se às várias pronúncias “nacionais” da actualidade, e não vemos motivo para que o padre Correia se agarre tão desesperadamente ao advérbio.

Mais um triste caso de confusão, na linha dos que temos vindo a demonstrar: diz M. C. que G. G. é que «é apóstolo do retrocesso [ acusação que este fizera aos “anti-kíkeros” ], porque adopta a pronúncia arcaica, que os romanos depois de Augusto abandonaram, e que os professores de latim em Portugal são os apóstolos do progresso, porque adoptam a pronúncia dos últimos romanos, a moderna que veio substituir a antiga em todo o império».

E conclui deploravelmente, porquanto a *piada* não tem fundamento da razão: «O sr. G. G., que é professor de geologia, encontrou o fóssil *c* gutural no período *paleozoico* da literatura latina, e entregou-o ao seu colega de química (Sousa Gomes) para este o galvanizar; mas o fóssil... é fóssil: não dá sinais de vida.»

Teria interesse prosseguir na análise pormenorizada da polémica, no que se refere aos seus aspectos propriamente científicos. Mas o artigo já vai longo, pelo que passamos de imediato ao problema central, o da pronúncia do *c* antes de vogal palatal (*P. J.*, 9 de Junho): Questão «de máxima importância para a seita — diz M. C. — porque, perdido o nome, está perdida a propriedade». Só mais um pedaço: «É por isso que o nobre presidente peripatético aduz nada menos de 7 argumentos, para sustentar a *firma* da sociedade anónima, que está prestes a falir».

Note-se que M. C. procurou conscientemente o número 7, mas verdade é que G. G. apresenta a *tese* e, em seu apoio, *seis* razões. É só somar !... Mas vejamos de perto a argumentação de G. G.:

*Tese*: «*C* era primitivamente uma gutural sonora correspondente à gutural surda *k*. [O seu lugar no alfabeto latino concorda exactamente com o de *gama* no alfabeto grego.] A equivalência de *c* e *k* prova-se até à evidência por grande número de razões.»

Quais são essas razões ?

- 1.a — O *c* latino era representado por um *k* em grego e *vice-versa*.
- 2.a — O alemão e o gótico representam igualmente o *c* latino por *k*.
- 3.a — Nas antigas inscrições latinas o *c* é representado por *qu*.
- 4.a — A pronúncia das letras do tema tende a conservar-se invariável: *fico, fique, etc.*
- 5.a — Se o *c* de *replictus* se lê *k*, também o de *replicitus, etc.*
- 6.a — O acordo que neste ponto existe entre os filólogos e os gramáticos pode avaliar-se pelas seguintes palavras com que Emil Seelmann se exprime acerca da pronúncia do *c*: «Assim sabe-se com certeza que os romanos desde os tempos mais remotos pronunciavam o *c* invariavelmente como *k* até ao começo da Idade Média»...

Ora, estas razões, apesar do seu valor desigual, são mais pertinentes do que quer fazer crer Manuel Correia. Na sua ânsia de destruir, não consegue ver claro.

De facto, tem significado o lugar que o *c* ocupa no alfabeto latino — que tem origem imediata no alfabeto etrusco (coisa que naquele tempo não podiam saber), o qual, esse sim, representa uma adaptação dum dos tipos do alfabeto grego. Ao contrário do que afirma M. C., o argumento de G. G. não faz rir.

De resto, vendo-se apertado, M. C. afirma que «não está provado que o *k* grego antes de *e* e *i* tivesse o mesmo som que antes de *a* e *o*». E tudo lhe serve de arma de demolição, metendo no mesmo saco argumentos de valor e alcance muito diferente. P. ex.:

- Cita Purton, *Pronunciation of ancient greek*, 1890, o que, segundo afirma, diz que o *k* grego, antes de *e* e *i*, tinha um som *tenuiorem*, enquanto seguido de *a* e *o*, tinha pronúncia *densiorem*. No entanto, convém assinalar que isso praticamente nada tem que ver com o carácter oclusivo ou privativo da consoante (na realidade, uma pronúncia palatal *pode* ser menos oclusiva que uma pronúncia gutural).
- Refere Spiridis, *Langue Grecque actuelle et moderne*, 1894, onde lê o valor de «*k* devant les sons *e* et *i* comme un *k* plus doux». Ora, isso é em grego moderno, e mesmo assim só em certos dialectos

(por ex., και [tʃé]), pois no grego padrão, sendo na verdade “plus doux”, sofre uma palatalização que não lhe tira a qualidade fundamental de ser um [k]: é antes um [k̟]. Que valor poderá ter um argumento destes, só legitimamente adequado ao grego moderno (e com o alcance que atrás lhe definimos) ?

– «O grego κηρος (*kerós*) deu em português *cera*, em francês *cire*, por intermédio do latim *cera* (*kera?*), etc., etc..»

Quererá isto dizer que já em grego, no momento da passagem do vocábulo para o latim, o *k* naquelas condições era uma consoante fricativa? Não haveria antes a possibilidade de o fenómeno de fricativação se ter dado dentro do latim, e em época adiantada ?

– Ao argumento de correspondência entre *c* latino e *k* grego, contrapõe M. C. o caso do sânscrito, por ex.: gen. *sun-as* = gr. κυνος. Como não temos que responder ao padre Correia, mas pretendemos apenas conversar com o leitor, basta acrescentar que está, de há muito, perfeitamente estabelecido que o latim, o grego, o gótico, etc., são línguas chamadas “*de centum*”, enquanto o sânscrito é uma língua de “*çatám*”. Quer dizer: neste aspecto, já mesmo as línguas indo-europeias evoluíram diferentemente, pelo que o sânscrito não pode servir de argumento. E o grego só serve, na medida em que outros elementos apoiam a comparação.

– Já muito atrás referimos o que valem casos como o de *definitiones / definiciones*, que são exemplos epigráficos tardios (séc. III d. C.).

– O facto de Terenciano, séc. III, nos informar que o *c* tem o valor de *sigma*, ou uma inscrição grega em que se lê ΚΑΡΔΑΝΑΠΑΛΟΣ (= ΣΑΡΔΑΝΑΠΑΛΟΣ) não têm qualquer significado para o caso.

Confrange, na verdade, a oitenta anos de distância, ver alguém a utilizar argumentos que já na época não deviam ser aduzidos. Mais deplorável, porém, é o tom mais ou menos assanhado de cada um dos contendores, mas especialmente daquele a quem hoje nada mais podemos fazer que declará-lo cientificamente vencido.

Muitas vezes, os adversários saem do campo próprio da contenda e enveredam por ataques pessoais ou outros que nada têm a ver com o caso. Por exemplo, M. C. desanca em G. G. por este ter escrito *Roby* com um só *b*, ao que o visado responde: «... sempre estimava que o grande sábio [ M. C. ] declarasse, *há quantos anos o consulta*». A observação parece pertinente, e G. G. não deixa de continuar: «Não há ainda muitos meses, sei eu, que o referido padre João Correia andava a bater a várias portas, para lhe indicarem alguma gramática boa, por onde pudesse estudar a teoria da flexão nominal e verbal pelos temas, porque o mísero não tinha passado até então das 5 declinações dos substantivos e das 4 conjugações dos verbos regulares, como qualquer pessoa pode verificar nas *preciosas* gramáticas que ele tem publicado...»

E vamos terminar, com duas observações de Gonçalves Guimarães.

A primeira, de 1 de Julho, entra nos domínios da fonética histórica. Mais uma vez transcrevemos:

«Ficamos sabendo como este sr. padre João Manuel Correia explica aos seus discípulos a etimologia

das palavras portuguesas: vai d'reitinho ao latim do tempo de Augusto, e, para evitar incómodos, imagina logo esse latim pronunciado à portuguesa. A razão também não deixa de ser convincente — é porque os meninos assim *compreendem melhor*. De maneira que o sr. padre-mestre João Correia julga-se autorizado para deturpar à vontade os factos que não sabe explicar, contando que os *meninos compreendam melhor*, ou *se deixem embaçar melhor*. É a teoria dos charlatães.»

«Explicuemos. *Lição* deve escrever-se com 2 *cc*, porque deriva do latim *lectio lectionis*, que se lê *leccio leccionis*; se não se lesse assim, já não derivava. Mas venha cá, homem de Deus, entre o latim e o português moderno existiu o português antigo, que dizia *leiçom* com um *c* só. Onde tinham então os nossos antepassados metido o outro *c*? Não sabe que esse *c* está representado pelo *i* de *leiçom*, assim como sucedeu em *facto* > *feito*, lat. *electionem* > port. *eleição* (também só com um *c*), lat. *ecclesia* > port. ant. *eigreja* > port. mod. *igreja*, e tantas outras palavras, que seria fastidioso citar?...»

Em 22 de Julho, Gonçalves Guimarães dá por terminada a polémica, rematando com o que intitula “O golpe de misericórdia”:

«Não vale a pena gastar mais cera com tão ruim defunto. Está sobejamente demonstrado o que é o sr. padre João Manuel Correia, o que vale em assuntos de filologia e de gramática, e a sua probidade científica. Há uns poucos de números que já não exhibe mais nada em sua defesa; agora moe e remoe. Deixe-se estar.»

«Mas o que o leitor não sabe, talvez, é que o nosso homem é *kikero*. Di-lo ele mesmo na sua *Gramática Latina* para a 2.ª classe do novo curso dos liceus, p. 2 ‘Entre os Romanos o C antes de qualquer vogal pronunciava-se como K: CICERO = KIKERO’. E digam-me se há em tal tipo o menor vestígio de seriedade. Pasma-se e não se acredita.»

Como responde Manuel Correia? Vejamos (28 de Julho):

«... Se este peripateta ‘soubesse ler e entender’, veria que a respeito de várias letras como *s* e *t*, p. ex., dissemos: *pronuncia-se*, e a respeito do *c*: *pronunciava-se* e não *pronuncia-se*, porque não admitimos a pronúncia que o *c* teve a princípio, mas sim a que depois se usou, porque se escreveu *Mucius* em vez de *Mutius*, *definiciones* em vez de *definitiones*, etc., no século 2.º.»

Notemos que, no artigo de 24 de Abril, atribuía a grafia *definiciones* a “documentos arcaicos do século 3.º da era vulgar”.

Quanto à distinção, na mente de M. C., entre *pronunciava-se* e *pronuncia-se*, já sabemos quanto vale...

E com isto concluimos a apresentação duma polémica que teve muitos outros aspectos que não registámos. Provavelmente valeria a pena reeditar-se, em livro, o que de mais importante se publicou nos jornais da época. Assim procedeu o padre Manuel Correia, mas o seu livro é hoje pertença de bibliotecas e alguns particulares, logo inacessível a todo o público interessado, e, de qualquer forma, apresenta apenas o seu ponto de vista e só indirectamente o dos adversários, e nem sempre com a objectividade requerida. Quem lança mãos à obra, que até nem é muito trabalhosa?

## NOTAS

<sup>1</sup> *Phonomachia Latina* – Série de artigos publicados no jornal “O Primeiro de Janeiro” contra a insólita pronúncia do latim, conhecida pelo nome de *KIKERISMO*, por M. C. – Porto, 1897.

<sup>2</sup> José Maria Rodrigues. É certamente erro do tipógrafo. De facto, José Maria Rodrigues, após ser “lente substituto” da faculdade de Teologia, foi reitor do liceu de Lisboa, de 1893 a 1902, e só em 3 de Janeiro desse ano passa às funções de professor do Curso Superior de Letras (cadeira de Filologia Latina). V. *Euphrosyne*, II (1959), pp. 234, 236, etc..

<sup>3</sup> Recordemos que G. G. dá a designação de *normal* à pronúncia por ele proposta, isto é, a pronúncia clássica.

CUSTÓDIO MAGUEIJO

